

a produção desses medicamentos. E só a partir dessa ocasião é que então pagariam **royalties**, pagariam um valor qualquer que devia ser combinado com a empresa que fez a invenção da fórmula. Isso se choca com o que estou compreendendo, porque ao contrário, com 5, 10 anos — como V. Ex^a disse — cairia em domínio público e, então, não se pagaria nada.

Mas, a pergunta é essa: a descoberta feita, em termos de política mundial, de política exterior, garante ou não garante que o proprietário da fórmula tenha o direito de ter patente?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Garantiu o proprietário, durante um certo período. Mas as legislações são muito díspares. O período pode ser, em algumas legislações, de 8, 12, acho que nunca mais de 20 anos nesse campo, porque, sobretudo com a aceleração dos avanços da ciência e tecnologia, hoje os remédios, mesmo, pondo de lado o problema das patentes, eles têm vida curta, quer dizer, esses remédios mais modernos passam a ser superados por outros mais modernos ainda.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Eu entendo que a pergunta do Senador Itamar Franco me levaria a concluir se é justo ou é injusto o processo de retaliação. Gostaria da opinião de V. Ex^a a respeito.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Não, eu acho que aí eu faria uma diferença. Eu acho que, certamente, o processo de retaliação é injusto. É um processo injusto, inclusive, porque não atinge somente o Brasil, ele atinge, por exemplo, o fabricante de sapatos masculinos em França. De modo que é claramente injusto, porque quem vai sofrer, sobretudo, são as empresas e, como eles aí estão pensando numa retaliação relativamente pequena, as empresas em geral, as pequenas e médias. De modo que é o que ainda — digamos — agrava a injustiça. De modo que eu acho que não só em termos de Direito Internacional, ilegal a retaliação, mas ela é injusta — como eu disse — sobretudo em relação a esses produtores. Porque em relação ao Brasil também é injusta mas, talvez, atinja meio por cento das nossas exportações para os Estados Unidos, porque aqui é uma coisa absorvível, redirecionável, etc. Agora, eu acho que a justiça da retaliação, a adequação ou a conveniência do Brasil estudar a adoção de patentes para processos e para produtos farmacêuticos, química fina, de genética, eu acho que isso é um campo completamente diferente e me parece que estamos chegando a um grau de maturidade em que já precisamos encarar esse problema de frente na medida em que se amadurecer a nossa criação de tecnologia, ainda infelizmente pouco sustentada, inclusive, pela sociedade, pelo Governo, pela iniciativa privada, mas mesmo assim vamos começar a gerar possibilidade de patentes, inclusive nessa área biogenética, utilizando essa nossa nova diversidade genética, então, eu acho que é algo que pode, inclusive, diretamente nos interessar.

O SR. ITAMAR FRANCO — Embaixador, a intervenção sempre oportuna do Senador Jarbas Passarinho nos conduziu, também, a outro raciocínio que apenas não é a retaliação em outros setores. O que está acontecendo de mais grave ainda é que, como a indústria farmacêutica do

Brasil está praticamente na mão das empresas multinacionais, vários remédios têm sido retirados do mercado e o Governo brasileiro tem assistido isso tranquilamente. Há, inclusive, hoje, no Brasil, um esforço na formação de técnicos em farmacologia no Estado de São Paulo. Mas essa retaliação não se prende apenas a outros setores, se prende à retirada de produtos farmacêuticos pelas empresas multinacionais, porquanto a nossa indústria, hoje, se encontra nas mãos das empresas multinacionais.

Eu perguntaria a V. Ex^a, aproveitando, porque nem sempre temos a honra de ter aqui o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América. Normalmente depois de aprovado o nome é difícil a gente ter os Srs. Embaixadores aqui. Recorde-me, que apresentei, até, um projeto, que infelizmente está parado no Senado da República, até com a aprovação do então Senador Amaral Peixoto, de que, de tempos em tempos o Itamaraty deveria, através de seus altos funcionários, os Embaixadores, prestar algumas informações a esta Comissão, para evitar, justamente, o afluxo de perguntas que neste momento todos nós gostaríamos de encaminhar a V. Ex^a.

Mas, nesse caso das retaliações, V. Ex^a nota ou percebe alguma diferenciação nas plataformas do Partido Republicano e Democrata, neste momento, com relação a alguns países desenvolvidos e, particularmente, ao Brasil?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — V. Ex^a me permita concluir a resposta ao item anterior e, comentando a sua observação, uma das vantagens de se ter o reconhecimento da patente aqui é de que, pela nossa legislação global, do Código de Propriedade Industrial, uma vez patenteada uma fórmula e não produzida aqui durante 4 anos perde-se realmente, o direito e aí a cópia não passa a ser pirataria mas passa a ser um direito realmente do brasileiro de não só ter acesso à fórmula, como produzi-la. É o caso, também, da legislação canadense.

Qual é a segunda pergunta, nobre Senador?

O SR. ITAMAR FRANCO — Perguntei se V. Ex^a já nota o início de diferenças de plataforma entre os dois partidos que disputam a Presidência da República?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — É muito difícil avaliar. Historicamente os partidos democratas têm uma tradição mais representativa dos interesses protectionistas, por exemplo, dos sindicatos da área automobilística, ou outros sindicatos ou de certos interesses setoriais, que nesse caso aliás prevaleceram interesses setoriais sobre os interesses mais amplos. O Presidente Reagan, muitas vezes, inclusive em casos dos próprios sapatos, reverteu as decisões internas da sua administração, ou fez retornar leis quando elas eram exageradamente protectionistas. Na campanha democrata houve um dos candidatos que se apresentou nitidamente como um candidato protectionista. O candidato Dukakis não se tem manifestado como nitidamente protectionista, embora ele tenha um companheiro de chapa, Loyd Benson, que foi o grande arquiteto da passagem da Lei de Comércio que acabou de ser aprovada e sancionada pelo Presidente, uma lei, aliás, que levou três anos para fazer, e que tem 1.277 páginas. De modo que quando falam nos Estados

Unidos que leva muito tempo para fazer a Constituição aqui, que ela é muito grande, eu respondo com esse argumento. Mas eu acho que é muito difícil avaliar, realmente, se um partido ou outro faria muita diferença. Eu diria, Senador Itamar Franco, que a diferença, nesse ponto, não deve ser marcante. E, infelizmente, a lei que passou agora, e que é uma lei patrocinada pelos democratas e agora sancionada pelo Presidente Reagan, torna esse processo de retaliação ainda mais automático, do que o é hoje em dia. De modo que, infelizmente, nós precisamos estar preparados para a possibilidade, eu não sei em que campo, que possam surgir outros contenciosos desse tipo, porque nesse caso da farmacêutica a iniciativa foi da própria indústria, de modo que a própria indústria pode fazer esse tipo de petição, que o Governo acatará ou não. Mas, agora, há, inclusive, prazos mais rígidos e uma automatização maior, e se tirou muito a discricão do Presidente de resolver.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu teria várias indagações, mas vou me restringir a apenas duas, para permitir aos colegas que o façam, também.

Suplementando isso, que essas presenças deviam ser mais contínuas aqui, junto ao Senado. Mas, Sr. Embaixador, sob a nossa óptica, evidentemente. O Itamaraty vem, ao longo dos anos, adotando a prática de firmar acordos executivos com países estrangeiros, os quais, substancialmente, tratam de disciplinar relacionamentos bilaterais, mas que tem a singular característica de não ser submetido ao exame do Poder Legislativo. E o próprio Senador Luiz Viana, presidente desta Comissão, sabe que eu tenho insistido aqui, particularmente em acordos bilaterais que o Brasil firmou com a República da Argentina e com outros países, e que esses acordos não chegam ao conhecimento do Senado da República, chegam às vezes ao conhecimento particular do Senador, o que não é o caso. O Brasil firmou, por exemplo, vários acordos com a Argentina no campo nuclear, no campo de transportes, no campo de alimento, e o Congresso e o Senado sequer tomaram conhecimento.

Então eu gostaria de saber de V. Ex^a se ao longo de sua missão nos Estados Unidos foram firmados acordos de tal espécie? E em caso afirmativo, quais?

MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — V. Ex^a diz acordos executivos?

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a se refere a acordos executivos. Porque o Itamaraty costuma — evidentemente eu não vou usar a expressão francesa aqui perto do Senador Jarbas Passarinho, que me corrigiria o meu francês, mas o Itamaraty costuma imitar os franceses naquilo que eles chamam de acordos quadros, e esses chamados acordos quadros nunca vêm ao Congresso Nacional. É o exemplo que eu dei a V. Ex^a agora. Por exemplo: o Brasil firmou acordo no campo de transporte terrestre com a Argentina, firmou acordos com a Argentina no campo da energia nuclear, e em vários outros campos em alguns países, e esses acordos não são firmados. Eu perguntaria se quando V. Ex^a exerce essa chefia, se foram firmados alguns acordos importantes que deveriam ter sido levado ao conhecimento

do Congresso Nacional? Se não foram, é só dizer não. Se foram, dizer quais?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Vou procurar fazer um esforço de memória.

O SR. ITAMAR FRANCO — Se não for possível também responder agora V. Exª...

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Em 1986, dezembro, se não me engano, foi firmado, mas não no Rio de Janeiro, um acordo sobre transporte marítimo. Mas é um acordo realmente muito técnico de divisão de carta, ele não inova, ele não é um acordo normativo no sentido de criar direitos e deveres para o País. Em Washington, constantemente se negociam com os Estados Unidos entendimentos técnicos. Mas são realmente muito detalhados. Por exemplo, na parte do aço a cota daquele ano de aço perfurado, do aço plano, a possibilidade de mudar de um tipo de aço para outro, também o mesmo acontece na área dos têxteis, em que nós temos, como V. Exª sabe um acordo multifibras, ambos bilaterais, em que há cotas específicas de importação para cada tipo de testes, esses entendimentos são constantemente renovados a pedido de uma parte ou de outra, mas são de fato entendimentos de natureza muito técnica e não normativa.

O SR. ITAMAR FRANCO — É a última pergunta. Eu teria várias, mas será a última.

Como é do conhecimento de V. Exª, as autoridades executivas vêm empreendendo, recentemente, um grande esforço no sentido de combater o tráfico internacional de drogas, já que o Brasil é apontado como uma das rotas dos contrabandistas. Segundo declarações reiteradamente prestadas na imprensa nacional pelo superintendente da Polícia Federal, a polícia brasileira tem agido em estreita colaboração com os seus pares americanos, que estariam a fornecer inclusive apoio às operações internas. Indago de V. Exª o seguinte: se foi recentemente negociado algum acordo do Executivo, neste campo com o governo norte-americano?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Não.

O SR. ITAMAR FRANCO — Não? Nenhum acordo foi feito?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Não.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, tinha estudado aqui várias perguntas, mas evidentemente seria um abuso se não permitisse que os nobres colegas senadores também fizessem as suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana Filho) — Então, tem a palavra o eminente Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Sr. Presidente, se V. Exª me permitisse, eu faria só uma pergunta sobre o assunto relacionado à Comissão Parlamentar de Inquérito. Talvez uma segunda ou terceira pergunta eu me reservaria para endereçar ao nobre embaixador, quando nós estivermos na reunião secreta. Mas como esta parte foi considerada pelo nobre Senador Itamar Franco aberta, já que se referia a um depoimento de um ex-ministro, então eu iria fazer essa pergunta aqui ao ilustre embaixador.

Embaixador, quero dizer, inicialmente, que isso não é nenhuma demonstração de política que quer agradar. Nada disso, eu o tenho como um patriota, eu o tenho na conta de homem honrado. Tenho também o ex-Ministro Funaro, na conta de um patriota e de um homem honrado. Nunca tive a oportunidade de gozar da amizade dele e nem de V. Exª, é pelo que eu conheço dos homens do meu País.

V. Exª esclareceu que não acompanhou nenhuma comissão ou delegação. Pergunto, procurando, tanto quanto possível, harmonizar os depoimentos: V. Exª, sozinho, recebeu alguma incumbência do chanceler ou da Presidência da República no sentido de ter algum contato com os Estados Unidos, com essa autoridade ou com outra, objetivando abrir perspectivas ou novas negociações na área, da nossa política de pagamento da dívida? V. Exª recebeu alguma incumbência nesse sentido, de tomar alguma iniciativa, ter algum contato, responder, prestar algum esclarecimento, uma espécie de política paralela à propriamente desenvolvida pelo ministro da Fazenda?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Não, nobre senador, não recebi nenhuma incumbência de conduzir qualquer sondagem, negociação paralela. Evidentemente, eu mantinha e mantenho contatos constantes com a administração americana, no Departamento de Estado, do Tesouro, na área acadêmica, na área empresarial, mas isto no exercício normal de minha responsabilidade e na época. Agora, com total conhecimento dos ministros da Fazenda e do presidente da República e do Itamarati. Quero dizer que não houve nenhuma negociação paralela.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Embaixador, poderá, talvez estar havendo uma confusão de nomes — alertou-me agora a pergunta do Senador Chagas Rodrigues. Sabemos que no Brasil foi publicado amplamente que o presidente da República encarregou em determinado momento o Embaixador Saraiva Guerreiro de fazer esse tipo de negociação, ao tempo em que o Ministro Funaro era ministro. Isso foi amplamente divulgado no Brasil. Se não me engano, o Embaixador Saraiva Guerreiro veio até aqui, depois foi aos Estados Unidos. Será que o Ministro Funaro se referiu ao Embaixador Guerreiro? V. Exª saberia alguma coisa a esse respeito?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — O que sei, foi o próprio Ministro Funaro disse na semana passada, que confere com que disse aqui e S. Exª recebeu essa informação que eu teria ido, porém eu não tinha ido. Eu disse a S. Exª: V. Exª sabe que não é verdade. S. Exª disse: "Eu não sabia e disse à comissão, porque pensei que fosse".

O SR. JARBAS PASSARINHO — Mas eu pergunto a V. Exª, com a alta responsabilidade que tem de representar, e representa muito bem o País. V. Exª teve conhecimento que o Embaixador Saraiva Guerreiro teria tido, nessa ocasião, alguma interferência?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Não, não teve.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Vou concluir Sr. Presidente. Sabemos dessas intrigas interna-

cionais que há — isso faz parte —. V. Exª como embaixador sabe da alta espionagem, espionagem na área militar, espionagem política, espionagem na área econômica. O Ministro Funaro, ao que tudo indica, estava querendo conduzir o problema da dívida externa num rumo que estava sendo muito aceito por determinadas áreas dos Estados Unidos. Não conheço esse cidadão a quem S. Exª se referiu, mas seria — sem ter tendência para detetive — uma explicação. Acho que o Ministro, pelo que V. Exª diz, pelo que S. Exª afirmou teria sido vítima de uma, aquilo que chamamos no Brasil, escorregar numa casca de banana. Isso, é possível! Esse pequeno fato, pequeno na sua aparência, teria levado o Ministro Funaro a se exonerar. Então, será que isso não teria sido examinado, provocado? O Ministro teve o cuidado de examinar melhor as coisas e chegou aqui aborrecido, achando que S. Exª estava sendo, até certo ponto, desconsiderado. A sua autoridade estava sendo ferida. E S. Exª dentro de sua filosofia de vida, se julgou no dever de encaminhar o pedido de exoneração. Até onde V. Exª conhece esse mundo? V. Exª acha possível isso? Do mesmo modo que não ponho em dúvida a palavra de V. Exª, repito, também não quero por em dúvida a palavra do nosso ex-Ministro.

V. Exª, pelo que conhece do mundo, das grandes potências, em todas as épocas, acha possível isso, que esse cidadão tenha prestado essa informação, com esse segundo objetivo, de criar, inclusive, uma crise? Se V. Exª, por qualquer motivo, não desejar responder — deixo V. Exª inteiramente à vontade.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Acho que é difícil, realmente, especular quais seriam as razões recônditas. Mas, ao que tudo indica, ao que me parece, deve ter havido, certamente um equívoco, possivelmente uma intriga, não sei de quem, com que objetivo.

O SR. AFONSO SANCHES — Embaixador, há cerca de alguns meses, V. Exª deu uma fundamentada entrevista, num jornal do Sul, onde, entre outros assuntos, V. Exª fazia uma advertência ao nosso País para que procurasse fazer o seu grupo econômico com países os vizinhos, a exemplo do que existe na Europa, no Mercado Comum Europeu, e já em outros países vale como este acordo também dos Estados Unidos com o Canadá e o México. Pergunto: pelo que se fez até agora, este embrião que foi lançado pelo Presidente Sarney com a Argentina e o Uruguai, seria suficiente ou no entender de V. Exª isso deveria ser mais amplo, até mesmo em procurar associações — países do além de mar?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Nobre Senador, acho que esses acordos com Argentina e Uruguai são necessários, mas não suficientes. Eles são os primeiros passos. Não são suficientes, por causa da própria dimensão econômica, mesmo tomando Brasil, Argentina e Uruguai, se comparado com qualquer um desses outros macroespaços, atingiremos, no máximo, 10% deles.

Então, realmente, não teríamos dimensão, peso, massa crítica. De modo que, primeiro, acho que se teria de expandir, cobrindo, possivelmente, toda a América do Sul. Acho difícil fazermos algum acordo privilegiado com alguns desses ma-

croblocos. Mas, deveríamos, utilizando a alavancagem, o poder de barganha que nos daria esse sub-bloco, digamos, da América do Sul, lutar para que, exatamente, não fiquemos isolados. Aí, por exemplo, dá dentro do GATT. Acho que o GATT, que já foi um clube de ricos, hoje, talvez, possa ser um clube que evite que os ricos tomem conta, porque a filosofia do GATT é diametralmente oposta a esta formação de blocos. Ela é muito, o GATT tem uma vocação universalista. E acho que, aí, devemos utilizar todos os nossos meios, para não nos incorporando, talvez, dentro deste macroespaço, mas, realmente, lutando para que eles deixem abertas portas para que nos articulamos, então, de uma maneira positiva, na área comercial, na área tecnológica, financeira. E não nos tomemos de uma posição Atlântico periférica, que já temos um deslocamento para o Pacífico, justamente uma posição marginal, que seria realmente, em detrimento de nossas possibilidades de desenvolvimento.

O SR. AFONSO SANCHES — A última indagação. O que o nosso Embaixador admite esse espaço de paz, como está ocorrendo, agora, do Irã e o Iraque, que há poucos meses atrás ninguém poderia prever isto, devido ao fanatismo de um lado, e o espírito guerreiro do outro, o Afeganistão, mesmo na África, em Angola — V. Ex. acha que pode ser, também, resultado da abertura da **perestroika** e da **glasnost**?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Tive ocasião de me referir, apenas ligeiramente, na minha exposição, acho que se não há solução, mas o encaminhamento do fato de termos um cessar-fogo, praticamente em cinco regiões que estavam conflagradas há apenas poucos meses. Afeganistão, Irã, Iraque, Campuchêa, Angola, e a própria Nicarágua, refletem um pouco as dinâmicas próprias dos conflitos, mas refletem, também, essa neo-distensão entre os dois pólos militar-nucleares, os Estados Unidos e a União Soviética. Eles conviram em alguns casos, mais explicitamente, o caso, por exemplo, do Afeganistão, de Angola, conviram que seria melhor para ambas as partes, realmente, não só retirarem o seu apoio às guerras regionais, mas, inclusive, ter um papel ativo, como tem tido os Estados Unidos e a própria União Soviética, para desarmar, digamos, estes conflitos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o nobre Senador Aluízio Bezerra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Sr. Embaixador, é importante que tenhamos oportunidade de, apesar de não ter assistido à exposição do eminente Embaixador — estava com outro compromisso, numa outra audiência — da presença de V. Ex., aqui, de nos brindar com a oportunidade de formularmos algumas questões tão oportunas, neste momento em que se dá uma dinâmica muito grande nas relações internacionais, sobretudo diante de algumas questões concretas, e em primeiro lugar, tendo em vista V. Ex., nos Estados Unidos, numa sondagem da opinião, de vários setores da opinião pública norte-americana, que pesam, decidem, determinam sobre a política da administração norte-americana, com relação a esta questão, por exemplo, a América Latina. Como, tendo em vista a política do Presidente José Sarney, com relação à política externa — eu que

tenho sempre formulado críticas concretas à parte da política interna, e, pessoalmente, transmitido isto ao próprio Presidente José Sarney, através de documentos, e, ao mesmo tempo em que propomos saídas — é indiscutível que, na parte da política externa, nós temos a apreciar e apoiar muitas das medidas do atual Governo. Uma delas diz respeito ao apoio dado com relação ao tratado da institucionalização do Parlamento Latino-americano.

O segundo ponto diz respeito a uma política que, embrionária, com relação à Argentina e ao Uruguai, mas que, reafirmada em outros pronunciamentos formulado pelo Presidente da República, sobretudo na última visita feita à Bolívia, em La Paz, no Parlamento boliviano, quando o Presidente, me parece, fez um dos pronunciamentos mais completos, em termos de política externa, com relação à América Latina, e, particularmente, com relação à América do Sul, sobre vários pontos. E, com relação a esses dois pontos, o Parlamento Latino-americano, e com relação ao embrião do Mercado Comum Europeu que se desenvolve a partir desse trabalho, no meu entender, caminha em bom sentido que do embrião de um Mercado Comum Brasil-Argentina-Uruguai, com possibilidade a tomar outros impulsos, na Venezuela, México.

Como é que poderia o Embaixador nos transmitir o enfoque da opinião pública norte-americana das correntes que pesam, como disse, que decidem sobre a política da administração norte-americana, com relação a esta questão do avanço da estruturação do Parlamento Latino-americano, dos avanços das articulações de um Mercado Comum. Qual é a opinião pública dos Estados Unidos, desses setores da política norte-americana da atual administração, com relação ao que propõe para a política externa, em termos de América Latina, em termos de América do Sul, o nosso Governo?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Poderia procurar responder, pelo que tenho conhecimento, em relação à parte desse embrião do Mercado Latino-americano.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Só queria juntar mais um ponto: a defesa, por exemplo, da tecnologia própria, que vai, como disse, no último pronunciamento, na Bolívia, o Presidente da República, romper com esse monopólio dos países ricos, da tecnologia, propondo, inclusive, avanços de maiores relações diplomáticas e comerciais de países como a China, a Índia, e com outros setores que estão em nível de buscar esse avanço da Argentina, etc.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Com relação ao Parlamento Latino-americano, eu, infelizmente, não tenho notícias.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Ao Parlamento Latino-americano infelizmente não tenho notícias de reações específicas nos meios americanos sobre a ideia. Mas nunca vi nenhuma referência que fosse contrária à ideia.

Em relação ao embrião do Mercado Comum Latino-americano com a Argentina e com o Uruguai, em relação, também, aos acordos econômicos muito importantes que o Presidente José Sarney assinou na sua viagem à Bolívia, esses são, em sua grande maioria, recebidos com uma

atitude muito positiva de parte dos Estados Unidos, como o Sr. sabe, os Estados Unidos foram um dos grandes precursores do Mercado Comum Europeu, muito ligado à época ao próprio Plano Marshall. Eles acreditam que os países que têm a complementaridade, fronteiras e problemas comuns como os da América do Sul, sobretudo, devem procurar se auto-ajudar. Isso é algo que reverterá em benefício da própria região e, também, em benefício do desenvolvimento da economia mundial. Muito positiva a reação.

Pode haver um ou outro caso muito isolado. Por exemplo: os exportadores de trigo ou de milho americano podem queixar-se de que deixaram de ter no Brasil, mas foi muito mais, aliás, em virtude da nossa produção, hoje doméstica, do que da importação da Argentina. Mas os Estados Unidos, hoje em dia, que era o fornecedor tradicional de trigo para o Brasil, deixou de sê-lo praticamente em dimensões, em quantidades expressivas. Aquele setor específico pode vocalizar algum tipo de objeção, mas é uma coisa muito atenuada e sem expressão maior.

Quanto ao problema da tecnologia própria, acho que é um assunto bem mais delicado, sobre o qual eu precisaria fazer uma reflexão mais aprofundada, porque, de um lado, a opinião pública dos Estados Unidos sempre enfatiza que a nova era econômica se caracteriza sobretudo pelo valor que a informação, mais até do que, meramente a informática, mas que a própria informação passa a ter, em contraste com a matéria-prima ou o bem material. Eles sabem que o desenvolvimento dos países, ainda em atraso, depende da criação própria de tecnologia ou da sua adaptação e do aprofundamento do seu conhecimento científico. Há uma certa preocupação, que é pública, também, em relação a três áreas: a área nuclear, a área de armas químicas e a área ligada à tecnologia de foguetes que pudessem transportar, ou armas químicas ou nucleares.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Como o Embaixador examina as declarações do ex-Embaixador Lincoln Gordon, que foi Embaixador no Brasil no período de 1964, na época do golpe militar, que manteve este País durante mais de 20 anos no processo antidemocrático, e que hoje volta como algoreiro da antidemocracia, manifestar seu ponto de vista em declarações publicadas por toda a imprensa, no sentido de que o atual processo político brasileiro, tanto do ponto de vista da crise econômica quanto do processo da transição democrática, que deu a entender, poderiam essas dificuldades conduzir o Brasil a um golpe militar. O que foi respondido até ontem pelo Ministro do Exército, até de uma maneira bastante seca, de estrangeiros que não têm presença no País não tem capacidade de fazer essa análise. Mas em se tratando de uma personalidade da importância de Lincoln Gordon para os Estados Unidos, o Embaixador que tem, digamos, para os Estados Unidos, uma bagagem, um conhecimento diplomático e tem uma visão dos interesses vitais dos Estados Unidos pelo mundo, admitindo-se que pessoa dessa importância não tem palavras ociosas ou não deveriam ter, com a responsabilidade que tem, ao formular uma declaração dessa pela imprensa ou declarar coisas dessa natureza, com relação ao Brasil, estaria, no entender do Embaixador, nessa declaração

possivelmente uma constatação ou expressaria talvez uma intenção? Essa declaração do Embaixador Lincoln Gordon — para bem formular a questão — refletiria uma preocupação de algumas das correntes políticas dos Estados Unidos, hoje, ou seria uma constatação do quadro presente brasileiro? Há uma diferença? Porque se é uma constatação, qual o interesse que poderia ter declaração dessa natureza de um personagem da importância de Lincoln Gordon tão alardeado pela imprensa, de alguma corrente? Essa a questão que formularia ao Embaixador sobre as correntes políticas predominantes dentro da administração. Diante do quadro político brasileiro, apesar das dificuldades econômicas, o que se dá é um triunfo da causa democrática. Es?—se passando pela transição democrática, chegando ao final desse processo.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Ilustre Senador Aluizio Bezerra, não tive a oportunidade de ler em detalhes, mas relanciei as declarações do Embaixador Lincoln Gordon, e a resposta acho que foi hoje nos jornais. Pouco antes de me dirigir para cá li na primeira página. Embora não possa ter certeza absoluta, mas em meu juízo, o Embaixador Lincoln Gordon deve estar expressando uma opinião pessoal, a partir do que ele tenha constatado. Hoje em dia é um cidadão comum, sem nenhuma conexão partidária, quer com o Partido Republicano, quer com o Governo ou quer com o Partido Democrata. É pesquisador de uma organização independente de pesquisa sócio-econômica, de modo que não acredito que ele esteja expressando a opinião de uma corrente significativa dentro dos Estados Unidos ou de algum intento, uma intenção propositada, mas, sim, meramente sua opinião pessoal.

Também devo, talvez, enfatizar aqui, embora aqui no Brasil o Sr. Lincoln Gordon sempre que vem recebe uma grande cobertura da imprensa, que isso não ocorre nos Estados Unidos. Lá, realmente, não tem nenhuma repercussão as suas declarações; elas têm abrigo em publicações acadêmicas, mas não qualquer publicação de caráter de um noticiário mais geral, de caráter, digamos, político.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES — Embaixador Marcílio Marques Moreira, para mim é constrangedor alongar esta reunião, porque já estamos aqui há bastante tempo, 12:30 h, e V. Ex^a sendo interpelado, mas isso mostra, por outra parte, a importância de sua presença aqui, e ao tempo que V. Ex^a informa, como fez, aliás através de lúcidas colocações, **short wordes**, quer dizer em curtas palavras, mas muito preciso, V. Ex^a, às vezes, precisa receber informações nossas, sobretudo informações que nem jornais, nem televisões colocam: é a questão da posição da dívida.

Eu sou Senador do PMDB, do PMDB de 74, de 75 e continuo no Partido, outros companheiros estão lá, outros saíram, mas eu conheço bem a formação e a posição de nosso Partido que tem sido, até agora, dominante e creio mesmo que ele continuará nas próximas eleições.

No nosso Partido ninguém acredita na possibilidade de o Brasil pagar essa dívida; nós não temos condições nenhuma. Ainda que o Presidente colo-

que, que o próprio Ministro, que não tem maior lastro nesta Casa, não acreditamos, porque o Brasil não tem condições. Ele está nessa impossibilidade de pagamento. Então, esses acordos são acordos de superfície para que V. Ex^a, muitas vezes, não chegue a assumir posições, porque não há condições absolutas de pagamento.

O Brasil não tem condições de pagar 12 bilhões, por ano, de juros de **spread**, a não ser com sacrifícios profundos de setores sociais que se levantam.

Eu, agora, voltei do Oriente Médio, onde fui defender uma criança em Israel, no Tribunal de Israel, e tive a oportunidade de manter contato com nossas embaixadas de Israel, do Egito, e na volta passei pela Grécia, passei pela Suíça e mantive contatos com embaixadores nossos que, confidencialmente, nos colocaram acerca também da nossa posição em toda aquela parte.

Isso vem confirmar aquilo que V. Ex^a colocou aí: os acordos com os Estados Unidos, no Mercado Comum Europeu, o elastério das influências.

Então, nós não estamos conseguindo vender mais nada. Os nossos mercados estão cada vez mais restritos. Nem mesmo o frango, que tradicionalmente o Paraná vendia para a Arábia Saudita, com corte especial, com molde especial de abate, nem isso estamos conseguindo vender. Quer dizer, uma restrição cada vez maior.

Esses juros, por outro lado, são enormes, os **spreads** continuam. Tempos atrás descobrimos que a Austrália não paga **spread** nenhum e o Brasil paga isto.

Essa situação é tão realista que personalidades diferentes, como Fidel Castro, mostram que não podem pagar a dívida. E chega aqui Mr. Kissinger, com quem tivemos contato algumas vezes, e ele também reconhece essa impossibilidade, inclusive sugerindo que o mundo deve emprestar mais dinheiro ao Brasil e, na realidade, é esta: a nossa necessidade mais dinheiro. Porque, como V. Ex^a aí disse, a nossa potencialidade é impressionante. Para mim, o Brasil não é isso que temos aí em funcionamento São Paulo, Rio, Paraná, Minas — isso é um começo de Brasil é uma parte, uma oficina para a abertura, para esse Oeste fantástico a que V. Ex^a se referiu. É uma coisa fantástica, é um potencial que nem sequer, digamos, a Sibéria deles, se aproxima em potencialidade, em recursos.

Então, Ex^a esses contratos que se renovam, essas promessas que se fazem vão cair no mesmo campo em que caíram os compromissos anteriores: o Brasil está obrigado, ele está impossibilitado disso.

Esses contratos, por outro lado, foram feitos unilateralmente, sem respeito algum pelas posições jurídicas. Veja V. Ex^a que a própria lei, mesmo nossa lei, é um princípio internacional, diz o seguinte:

"Os contratos somente são válidos quando são bilaterais."

Quando uma das cláusulas fica ao arbítrio de uma das partes, a nulidade é emergente. Qualquer banqueiro, ou qualquer país deste, a qualquer momento pode aumentar as taxas de juros agravando seriamente a posição.

Por outro lado, os Estados Unidos, nosso vizinho, País com o qual mantemos uma longa tradi-

ção de amizade, tem usado comportamentos estranhos. Veja V. Ex^a quais eram os juros internacionais em 70 e quantos são hoje! Os Estados Unidos devem enormemente. Então, ao invés de continuar a emitir para pagar compromissos, eles emitem para pagar juros, elevam as taxas de juros e o mundo todo empresta aos Estados Unidos, porque com isso eles evitam colocar no mundo uma soma muito maior de dólares que já apavora.

Ex^a, os Estados Unidos que tiveram compromissos com a Europa, com o Japão do após guerra, por que não são mais sensíveis a essa nossa posição de aliados tradicionais?

Vem agora essa exposição de V. Ex^a, me releve, porque é uma coisa muito primária, diante do seu conhecimento, mas nós estamos refletindo posições do meu Partido, posições nossas concretas, posições que aceitamos. São essas coisas que nem sempre saem em jornais ou em fontes a que V. Ex^a tem acesso, mas este é o pensamento nosso.

E agora o meu pensamento pessoal, que emerge também de parte do meu partido. Não temos com o ocidente condições de maior comércio, seriamente: agora, ele é nosso concorrente.

É um instante em que se abre, esses países, a que V. Ex^a se referiu que estão crescendo bastante: a própria Índia, a China, a União Soviética, os países do leste Europeu e, sobretudo, o Japão.

O Japão para nós, Ex^a, pode ser um grande aliado. O Japão se identificou profundamente com o nosso País. Digo isso porque no Paraná, Londrina, norte do Paraná, de onde eu sou, temos um grande contingente humano de japoneses e não houve quisto racial, eles tiram sempre o primeiro lugar em tudo, são os cientistas de amanhã. Posso assegurar-lhe, inclusive, que a elite científica e técnica do amanhã partirá dos japoneses, mas eles são 1% na população brasileira, são 12% nas universidades, são 28% na atividade de ponta, e no setor industrial têm vindo com muita constância.

Recentemente, no Time um artigo intitulado **from super rich too super power**.

Todo País, tem uma determinada posição histórica e política. A Inglaterra tinha a Magna Carta, os Estados Unidos tiveram a revolução passada, a União Soviética e a China tiveram as grandes revoluções e que o Japão, mesmo credor hoje de um grande percentual dos Estados Unidos, não tem uma causa, ele está em busca de uma posição política, que seria o grande instante de ser um aliado dos países emergentes da América Latina, inclusive aqui do Brasil, do qual ele mais se aproxima.

Então, digamos, estamos convencidos de que a nossa saída será essa, que o Japão pode ser um grande aliado, a própria China e a união Soviética. Agora, quando aquelas conveniências de países alargueavam exageradamente as questões ideológicas. Evidentemente, V. Ex^a é um dos grandes embaixadores nossos, está numa posição chave, e transmite essa preocupação, porque é uma preocupação do nosso Partido, é uma questão política. Nós, aqui, nos posicionamos politicamente. Como nesta Constituição, quando muita gente reclama que uma questão trabalhista não é questão de Constituição, mas vêm os operários em grande número e dizem: nós queremos, porque se nós sobramos nós vamos ser esquecidos.

Então, trabalhamos aqui à base de pressões de base, pressões sociais, e tudo isso que seja feito que haja o acobertamento dessas bases, falará, como falaram até agora os acordos ou tentamos fazer.

Ninguém está obrigado ao impossível. Estão nos obrigando ao impossível. Estamos aceitando posições. O Brasil não pode pagar nada disso. O País precisa é de mais dinheiro, de 6 bilhões de dólares ainda. V. Ex^a observa que estamos com oitenta e sete hidroelétricas no País, Leste/Oeste, para serem feitas ao custo de 100 bilhões. Então, o Brasil é uma fábrica por metade, recebeu uma parte, aplicou-a mas precisa se completar nos seus investimentos para realizar os seus propósitos, inclusive financeiros e econômicos.

Então, Ex^a, essas considerações foram feitas... Não. Alonguei, não há dúvida, mas na preocupação de informar V. Ex^a. Muitos desses conceitos são duvidosos, mas no geral eles são reais. Estou dizendo a V. Ex^a que este é o pensamento partidário dessa facção majoritária que não chegou efetivamente ao Poder. Embora o Presidente José Sarney tudo tenha feito para conviver, somos de formação diferente. Governamos com as nossas tendências, com as nossas circunstâncias. Sua Excelência não é Presidente, nunca foi aceito como Presidente desse Partido majoritário, sobretudo agora, quando não estamos sequer com os nossos Ministros no Governo. No Brasil, o PMDB nunca se considerou no Governo. Vamos ser vitoriosos nessas eleições agora e, possivelmente, nas outras. Isso pelo que estou sentindo. O pensamento dominante é o de que têm que nos ajudar, não vamos pagar essa dívida.

Por outro lado, os bancos credores que estão preocupados em dizer o que devemos fazer para nos ajudar a pagar a dívida, por que não dizem, inclusive, quais são os grandes depositários brasileiros, ou de firmas brasileiras nos seus estabelecimentos? Isto inclusive foi decisão de uma grande conferência, com juristas e economistas, que houve em São Paulo. Um dos pontos é este, exigir que os bancos credores nos facilitem a tarefa dizendo o volume dos depósitos daqui emergentes e que estão em seus caixas.

Agradeço, Ex^a a atenção. Mas a minha pergunta final é a seguinte: V. Ex^a não pensa que uma das causas desses juros exagerados decorreram exatamente disso e os próprios Estados Unidos recorreram como nunca o fizeram ao mercado internacional? Feitos os nossos contratos, naquela época não havia esse posicionamento e, agora, eles são os maiores tomadores de empréstimos. Por isso, não querendo emitir para atender compromissos e emitem para pagar juros, os juros que temos de pagar a taxas insuportáveis. Queria saber se V. Ex^a acredita, dentro do contexto atual, ou dentro do conhecimento que tem V. Ex^a de nossa realidade, de nossas possibilidades, como embaixador nosso em Washington, que o Brasil tem condições de honrar esses compromissos.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Agradeço ao Senador Leite Chaves as perguntas, bem como as informações valiosas que V. Ex^a adicionou.

Primeiro, em relação à sua exposição, naquilo que diz respeito a minha área propriamente, V. Ex^a deu um exemplo muito feliz, que é o da exportação de frangos. Há também um caso paralelo

o da exportação do óleo de soja. Nos dois casos, tínhamos mercados — na Índia, para o óleo de soja; no Oriente Médio, para os frangos — e nos dois casos fomos atingidos por uma guerra comercial entre a Comunidade Econômica Europeia e os Estados Unidos. Com isso, nós perdemos. Eles ficaram brigando, subsidiando violentamente as suas exportações. É exatamente um típico exemplo de uma luta entre dois blocos, que quem não está num dos blocos é que acaba perdendo. Realmente, esse é um tipo de situação da qual devemos procurar fugir através de algum tipo de instrumental, por exemplo, fortalecendo o GATT.

Quanto à dívida externa, concordo com V. Ex^a que ela, na sua inteireza, dificilmente será paga, digamos tostão por tostão, centavo por centavo. Por isso, o Governo tomou esse rumo, ou seja, o de procurar conseguir o que já era possível para, desde já, começar a pagar **spreads** menores e ter prazos maiores, ter opções de abatimento da dívida como que me referi: quinhentos milhões de dólares foram tomados nesses bônus de saída a 6%, o que significa um desconto muito grande sobre o principal da dívida. Mas esses acordos não são a solução definitiva. Há estudos. Parece-me que V. Ex^a se referiu ao estudo do chamado Plano Robinson, que é o plano da American Express, que é muito parecido com esse que está no bojo da lei de comércio dos Estados Unidos, de uma agência multilateral comprar com descontos esses débitos. Os nossos débitos, apesar da assinatura dos acordos, ainda estão por volta de cinquenta centavos nos mercados. De modo que compraria esses débitos e depois repassaria ao Brasil o benefício, provavelmente em forma de juros bastante diminuídos.

Uma outra observação que teria é quanto à projeção de pagamentos de juros neste ano, que é de 9 bilhões de dólares, cerca de pouco menos de 3% do PIB, quer dizer, tanto em termos relativos quanto em absolutos já houve uma diminuição. Estão havendo conquistas, embora pequenas, aquelas conquistas que o San Thiago chamava de aluvionais, que se vão somando. À medida que o mercado internacional se der conta de que grandes partes desses débitos, não só do Brasil, mas também de outros países, mais ainda de outros países, não são pagáveis nos termos em que foram contratados, haverá uma evolução e se chegará, talvez nunca a uma solução definitiva, mas a um encaminhamento do problema que minimize o encargo, o peso, o ônus que representa para os países em desenvolvimento, altamente endividados, esse peso da dívida externa.

O SR. LEITE CHAVES — É sobre o Japão, essa nossa aproximação com aquele país.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Concordo plenamente que o Japão, com o seu enorme superávit em balanço corrente, tornou-se hoje um supridor privilegiado de recursos. Creio que é, hoje, o país que mais tem condições de nos aportar, digamos, dinheiro realmente novo. Já foram encetadas negociações, conforme V. Ex^a sabe, com o governo japonês. eu mesmo, no início, quando o Ministro Mailson da Nóbrega tinha acabado de assumir, promovi um café da manhã com os representantes do Eximbank japonês em Washington. Depois, o Ministro Mailson da Nóbrega foi ao Japão, eles vieram aqui. Há possibili-

idades bastante concretas, bastante positivas de o Brasil captar um montante razoável no chamado Projeto Nakazone, hoje chamado Nakazone-Takeshite, pelo qual o Japão está dirigindo aos países endividados cerca de 45 bilhões de dólares, que é um montante razoável.

Creio que é muito importante o Brasil tentar reestrear as suas relações com o Japão, uma vez que as nossas exportações para lá, hoje em dia, são de apenas 6.4% de nossas exportações, o que não corresponde à dimensão econômica do Japão. É curioso que as nossas exportações para os Estados Unidos sejam da ordem de 28%, exatamente o peso econômico do PIB que os Estados Unidos têm em relação ao PIB mundial.

De modo que exportações e pesos nos Estados Unidos são muito congruentes, enquanto que no caso do Japão não são.

Tivemos — não sei se V. Ex^a sabe — na década de 70, digamos, um namoro muito mais intenso com o Japão, e depois houve — não sei se foi de parte a parte — um certo distanciamento. O Japão, realmente, é um país superavitário por excelência, e tem essas raízes históricas com o Brasil, e também há a complementaridade em tantas coisas entre o Brasil e o Japão — nós temos espaço e eles não têm. Apesar de a matéria-prima em si já não ter nenhum valor, ela sempre terá algum valor, e para o Japão, por exemplo, ela tem muito valor, já que eles não têm praticamente nenhuma produção de matéria-prima, a não ser de uma agricultura muito subsidiada, cujo futuro é muito questionável, uma vez que eles estão precisando, inclusive, de terra para melhorar um pouco as condições urbanas, que ainda são muito incongruentes com seu poderio econômico.

Acho que não é fácil e não é interessante para o Brasil, não é conveniente se amarrar com nenhum dos quatro blocos, mas temos que ir avançando e tomar todo e qualquer nicho que nos articule melhor com o sistema internacional, porque apesar do nosso tamanho, que nos dá uma certa auto-suficiência no mundo moderno, com essa globalização dos fluxos e da economia mundial de que falei, é impossível ficar realmente isolado do mundo. De modo que temos que procurar nichos inovadores, num constante esforço em abrir novos espaços para os nossos produtores, para a importação de tecnologia, para fluxos financeiros, enfim, nas diversas formas de articulação com a economia mundial.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Obrigado.

Sr. Embaixador, esta Comissão se sente desvanecida com a presença de V. Ex^a nesta manhã, que foi uma manhã proveitosa para todos nós. V. Ex^a nos trouxe, com a sua exposição, uma série de dados que enriqueceram, de certa forma, a todos nós que fazemos parte desta Comissão, enriquecimento este que se tornou maior, mais amplo, com os debates que se seguiram.

Acredito, Sr. Embaixador, que este comportamento, isto que ocorre, nesta manhã, nesta Comissão, deva-se repetir sempre, e os Srs. Embaixadores voltem a esta Casa, como bem disse o Senador Itamar Franco, após a sua aprovação, que nos tragam as suas impressões, que nos digam o que ocorre nas suas embaixadas, que nos informem melhor o que ocorre com o Brasil no exterior.

Portanto, Sr. Embaixador, em meu nome, em nome do Senador Luiz Viana, Presidente desta Comissão, e no de todos os Srs. Senadores que a compõe, quero apresentar os nossos agradecimentos e lhe passar a palavra para algumas considerações finais.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA — Eu gostaria de agradecer ao Sr. Presidente e a todos os membros ilustres desta Comissão de Relações Exteriores esta oportunidade ímpar que tive nesta manhã de compartilhar, de trocar idéias com S. Ex^{as} sobre problemas que me parecem muito relevantes para o futuro do País e para a nossa presença diplomática, lá fora.

Considerarei esta oportunidade algo muito importante para o exercício da minha função; é extremamente relevante que eu saiba que, além da confiança do Presidente da República e do Ministro das Relações Exteriores, eu também tenha o endosso daqueles que são representantes do povo nesta Casa.

De modo que eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a V. Ex^a a oportunidade, e dizer que, por mim, estou inteiramente aberto para repetir ocasiões úteis e também agradáveis, como foi esta manhã.

Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Muito obrigado, Sr. Embaixador. Está encerrada a reunião.

8ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 1988

Às dez horas do dia vinte e quatro de agosto de mil novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Luiz Viana, com a presença dos Senhores Senadores Saldanha Derzi, Nelson Wedekin, Itamar Franco, Nelson Carneiro, Afonso Sancho, Chagas Rodrigues, Francisco Rollemberg e Leite Chaves, reúne-se a Comissão de relações Exteriores. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Albano Franco, Irapuan Costa Júnior, Severo Gomes, Marco Maciel, João Lôbo, José Agripino e Lavoisier Maia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Prosseguindo, concede a palavra ao Senhor Senador Francisco Rollemberg que, na qualidade de relator, emite parecer favorável sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1988, que "aprova o texto do Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos OEA, denominado "Protocolo de Cartagena das Índias", aprovado no XIV Período Extraordinário de Sessões da Assembleia-Geral da OEA, realizado em Cartagena das Índias, Colômbia, no período de 2 a 4 de dezembro de 1985". Não havendo discussão, é o mesmo submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade. A seguir, Sua Excelência concede a palavra ao Senhor Senador Afonso Sancho, relator, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1986, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repú-

blicas Socialistas Soviéticas, em Moscou, a 10 de dezembro de 1985". Não há debates e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do relator. Esgotadas as matérias constantes de pauta, encerra-se a reunião, lavrando eu, Flávia Lima e Alves, Assistente *ad hoc* da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador Luiz Viana, Presidente.

COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno.

9ª Reunião, realizada em 7 de março de 1988

Às onze horas e quinze minutos do dia sete de março do ano de mil novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Aluizio Bezerra, Leopoldo Peres, Roman Tito, Fernando Henrique Cardoso, Relator, Leite Chaves, Carlos Chiarelli, Presidente, e Jamil Haddad, reúne-se a Comissão Especial criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da Dívida Externa Brasileira e avaliar as razões que levaram o governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno.

Abertos os trabalhos, o Senhor Senador Carlos Chiarelli, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente, faz uma análise do período dos trabalhos da Comissão, na qual foram ouvidos Ministros, Presidente do Banco Central e a viagem de quatro integrantes desta Comissão aos Estados Unidos da América do Norte, para estabelecer contatos a época, com autoridades internacionais, autoridades do governo americano, além de banqueiros privados.

A seguir, a palavra é dada ao Senador Fernando Henrique Cardoso, Relator, que apresenta o Relatório Parcial, para que a Comissão faça uma análise mais profunda numa próxima reunião.

Usaram da palavra, os Senadores Roman Tito, Aluizio Bezerra, Jamil Haddad e Carlos Chiarelli, que fizeram algumas considerações preliminares acerca do relatório e a solicitação da convocação do Senhor Mailson da Nobrega, Ministro de Estado da Fazenda.

Finalizando, o Senhor Carlos Chiarelli, Presidente da Comissão, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA

BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO"; REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1988, A FIM DE OUVIR O RELATÓRIO PARCIAL APRESENTADO PELO SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Carlos Chiarelli

Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — A nossa Comissão reúne-se, hoje, em caráter interno, isto é, sem a presença de nenhum depoente convocado. Temos *quorum*, temos a presença de membros titulares em número suficiente para qualquer deliberação. Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Sr. Relator, de lembrar que a Comissão está completando, realisticamente, neste mês, doze meses da sua proposta de instalação, fato que ocorreu em 19 de março do ano passado.

Apoiada por todas as Lideranças da Casa, ela foi instituída pela resolução aprovada e publicada no *Diário do Congresso Nacional*, passando a funcionar dia 14 de abril de 1987, quando o Senador Fernando Henrique Cardoso foi escolhido Relator-Geral, o Senador Virgílio Távora foi eleito Vice-Presidente e nos coube a Presidência dos trabalhos. Houve, inclusive, por parte da Liderança do PMDB, aceitação de uma redução da proporcionalidade, de maneira que ao invés dos seis membros, formalmente designados pelo cálculo em termos de proporção da Bancada, à época, limitássemos em cinco membros para que pudéssemos ter uma presença maior de outros Partidos, e assim tornar a Comissão de maneira mais eficaz, pluripartidária. Com isso, temos cinco membros do PMDB, dois do PFL, um do PDS, e outro do PSB, Senador Jamil Haddad.

A partir de então, tivemos a oportunidade de conviver com três ministros da Fazenda: o da época, Ministro Dilson Funaro, o que veio a sucedê-lo, Ministro Bresser Pereira e, posteriormente, o atual Ministro Mailson da Nobrega. Convivemos com dois presidentes do Banco Central e tivemos contatos, em depoimentos, com o ex-presidente do Banco Central, Dr. Fernão Bracher, que se tornou negociador da dívida durante longo tempo.

Nesse período, tivemos além dos depoimentos de todas essas pessoas referidas, ministros, presidentes do Banco Central, negociadores da dívida externa, uma série de gestões no Banco Central, levantamento de documentação que ficou principalmente a cargo do Senador Roman Tito, do Senador Virgílio Távora e do Senador Jamil Haddad, de dados e elementos sobre as origens históricas da dívida, o seu processo de formalização, os contratos, a sua mostragem, a destinação dos recursos, a sua aplicação; bem como ocorreu um fato peculiar, que foi a viagem de quatro integrantes desta Comissão — Senadores Fernando Henrique Cardoso, Virgílio Távora, Fernando Lira e o Presidente — aos Estados Unidos para estabelecer contatos, à época, com autoridades internacionais e autoridades do Governo americano, além de banqueiros privados. Diga-se de passagem, sem que para isso tenha o Senado da Repú-

blica contribuído com as passagens que correram à conta dos próprios interessados, vez que não havia previsão no Senado para gestões desse tipo. Parece que são um pouco impertinentes aos gastos da Casa, que talvez tenham outras prioridades.

Neste momento, estamos tendo uma série de informações, como todos sabemos, de que o Brasil estaria já em vias de celebração de acordos, se não definitivos pelo menos de prazo médio; de que o Brasil já celebrou acordos temporários; de que o Brasil passou pela moratória e deixou de com ela conviver; passou a pagar o que dizia que não ia pagar; de que aquelas diretrizes que nos foram trazidas aqui, em uma reunião secreta, pelo então Ministro da Fazenda dizendo quais seriam as estratégias e o que nos pedia que aprovássemos e apoiássemos, em termos de ter respaldo político e pluripartidário do Congresso aqueles fatos todos já foram superados e hoje temos um retorno aos procedimentos e aos canais tradicionais da negociação.

Por isso foi que, inclusive, a Comissão, num determinado momento do acordo preliminar, deu uma nota assinada pelo Presidente e pelo Relator, sobretudo registrando a surpresa face às mudanças e à falta de continuidade de um diálogo, que deveria fluir normal, principalmente numa época em que o Congresso é formado de membros que são, também, Constituintes. Mormente quando no Projeto da nova Constituição se fala que nenhum acordo novo, de qualquer natureza, poderá ter validade se não passar pela ratificação do futuro Congresso, nós, realmente surpresos, curiosos, preocupados, estamos vendo novas estratégias e novos compromissos que vão sendo adotados.

Do atual Ministro, temos apenas uma visita informal, que foi um contato onde anunciou algumas medidas que, na verdade, não chegaram a ser concretizadas, ou algumas posições que, nota-se pelos anúncios da Imprensa, foram mudadas. É por isso que hoje nós temos a satisfação de receber o que no início seria um parecer preliminar, limitado, circunstancial e agora se nota ser um documento de fôlego, com a densidade e a amplitude que caracterizam a responsabilidade e a competência do seu autor, Senador Fernando Henrique Cardoso — que ainda não é definitivo, não porque lhe faltem condições de sê-lo, mas, porque a Comissão continua em atividade. Evidentemente fatos novos entendemos que devam decorrer, e à luz desses elementos é que nós abrimos esta reunião e gostaríamos de passar a palavra ao Relator para que ele posicione a análise que fez, o acompanhamento histórico e a evolução do processo, sobretudo suas ponderações, sugestões e juízo crítico desse momento tão importante em que o Brasil renegocia a dívida externa, dívida externa essa que tem consequências diretas na vida do cidadão e na vida da própria política da economia brasileira.

Tem a palavra o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. RELATOR (Fernando Henrique Cardoso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores membros da Comissão:

Este relatório que hoje entrego à análise de V. Ex.^{as}, como disse o Senador Carlos Chiarelli, é um relatório que inicialmente seria parcial, mas dado já termos uma soma considerável de infor-

mações e acharmos que estamos em um momento de modificação profunda do estilo de renegociação da dívida, seria útil que documentássemos o que aconteceu até aqui. Para fazê-lo, contei com a colaboração inestimável de um assessor do Senado, economista Juarez de Sousa, e de um professor da UnB, Dr. João Eustáquio da Silveira, a quem agradeço de público, registrando meu agradecimento também no texto.

V. Ex.^{as} verão que nós aqui procuramos dar um tom objetivo, mais analítico do que valorativo, porque nos pareceu que era importante deixar registrado o que ocorreu no Brasil neste último ano. O Senador Carlos Chiarelli já mencionou que convivemos com três Ministros no prazo de um ano e que cada um deles imprimiu um rumo diferente à questão da moratória e da dívida. Se tomássemos ao pé da letra o que foi dito quando a moratória foi decretada e também tudo o que foi dito posteriormente, nós veríamos que havia uma obsessão correta do Governo brasileiro: era a de preservar o nível das nossas reservas internacionais, que havia atingido um ponto que não permitiria mais que continuássemos saldando os compromissos, e por outro lado era a de provocar um estilo de negociação que permitisse, de uma vez por todas, deixar claro que o Brasil dava prioridade a sua política de desenvolvimento e que estava cansado de transferir recursos num montante tal que inviabilizaria esse desenvolvimento.

Isso foi dito de várias maneiras e foi reafirmado por todos, inclusive pelo Presidente José Sarney, ainda recentemente. Não quero entrar em detalhes, até porque a minha sugestão é no sentido de que os senhores tenham o vagar, o tempo para ler este relatório. E nós poderíamos, talvez na próxima sexta-feira, aí sim, fazer uma reunião mais de análise do documento onde teríamos a colaboração de V. Ex.^{as} para que nós pudéssemos enriquecer o texto e o trabalho. Mas não gostaria de deixar de assinalar que talvez apenas um dos objetivos que haviam sido fixados como fundamentais, como condição necessária, como pressupostos para qualquer negociação, aparentemente, não foi atendido através da negociação que foi levada a cabo recentemente. Digo aparentemente porque nós não tivemos a oportunidade, o prazer e até mesmo o dever que nos corresponde, de ouvir de viva voz o Ministro Mailson da Nóbrega, quanto à negociação por ele realizada. Mas o próprio Ministro Mailson da Nóbrega, em reunião havida aqui no gabinete do Senador Carlos Chiarelli, reafirmou o posicionamento geral do Governo.

Esses objetivos foram, aparentemente — repito, quero ver os documentos da negociação — completamente postos à margem, ou seja, o pagamento está sendo feito em detrimento das reservas. A discussão a respeito de se haveria ou não um pagamento simbólico como condicionamento para evitar que o Brasil fosse considerado mal pagador e que foi uma discussão aberta pelo Ministro Bresser Pereira, e que isso seria um gesto que só se seguiria se houvesse também passos claros dados pelos banqueiros, acabou por resultar em nada simbólico, senão por efetivo e pesado desembolso de pagamento de juros. O Brasil está-se tornando corrente em seus pagamentos.

Não houve nenhum acordo quanto à chamada securitização da dívida. Foi outro ponto conside-

rado fundamental na proposta do Governo brasileiro, se não me engano em 25 de setembro, de que haveria uma parte convencional, outra não convencional. A parte não convencional foi totalmente posta à margem, pelo menos a crer, pelo que se divulga através da imprensa.

Não houve uma negociação de longo prazo que permitisse ao Brasil definir uma política de crescimento e na verdade nós vamos continuar transferindo recursos numa proporção que espanta. Aqui, eu apenas codifico dois dados: um, a partir de informações do Banco Central e de averiguações de estimativas feitas por nós e pelo economista Juarez de Sousa que nos ajudou. Aqui se verifica que graças ao mecanismo dos juros flutuantes, pelo menos 1/4 da dívida é resultado apenas da flutuação dos juros. É um montante de 25 bilhões de dólares. São 25 bilhões de dólares que não entraram no País, que são consequência de uma flutuação de juros lá fora. Isso se nós considerarmos o global da dívida, porque se considerarmos que a dívida com o Banco Mundial, com as agências multinacionais, internacionais e com os governos geralmente é com juro fixo, na verdade, a proporção é muito maior sobre o montante da dívida contraída com os bancos.

Não tenho a confirmação, mas o Presidente do Banco Central nos falou em algo próximo a 50%. Não tive a informação factual, mas aqui foi dito, em uma das reuniões, algo em torno de 50%, o que não estará longe da verdade. A dívida do setor privado deve ser da ordem de 70 bilhões de dólares, hoje, dos quais 25 bilhões são de juros flutuantes; está-se vendo que aí cerca de 40% da nossa dívida aos bancos privados são uma dívida produto da engenharia financeira. Esse é um dado muito importante.

Outro dado importante é que o montante dessas transferências de recursos é de magnitude tal, que é maior do que o que a Alemanha pagou, depois da Primeira Guerra Mundial, como reparação de guerra. Nós estamos transferindo cerca de 4% do produto interno bruto para o exterior, e 20% da poupança nacional anualmente é transferida ao exterior para pagar os juros da dívida. Ora, o acordo agora feito indica a mesma coisa: nós vamos continuar transferindo juros nesse montante, sendo que o acordo agora feito nem sequer financia os próprios juros. Está-se supondo que vamos pagar com a nossa poupança os juros. Não houve nem sequer o refinanciamento de juros, quando o Ministro Bresser Pereira dizia que iríamos refinanciar uma proporção de juros e ainda pequena, relativamente.

De modo que são esses os dados que deixamos aqui registrados. Quero dizer, também, que registrei tão fielmente quanto foi possível, através da colaboração inestimável do Prof. João Eustáquio, que analisou o material gravado dos depoimentos aqui prestados e também graças à ajuda técnica que recebi dos que acompanharam a viagem ao exterior, da maneira mais objetiva possível, as conversações havidas. Parece-me que nesse momento era importante que houvesse um documento — e nos registrei eu não opino; as opiniões eventuais são na parte conclusiva — que mostrasse o que está acontecendo com a dívida no Brasil e deixasse claro, também, dependendo da opinião de V. Ex.^{as}, até que ponto a Comissão do Senado pode ou não respaldar tais negociações. Houve um momento em que a Comissão

respaldou uma certa política de negociação. Depois, essa política mudou e eu acho que é preciso uma palavra nossa mais clara a respeito dessa matéria.

Repito: como se trata de matéria ampla — aqui há muitas informações, muitos dados, muitas questões factuais e algo de interpretação — sugiro, Sr. Presidente, que nós analisemos isso com mais calma e que na sexta-feira pudéssemos ter um debate sobre a matéria. Além do mais, o Senador Virgílio Távora, que acompanhou com muito carinho todo esse trabalho, está com problema de saúde, não poderia estar hoje aqui e me pediu expressamente que nós fizéssemos essa discussão mais adiante, o que eu acho também de justiça.

Quero dizer ainda que aqui há duas ou três sugestões para continuidade dos nossos trabalhos. Por um lado, a negociação propriamente dita, que foi o objetivo desta Comissão, aparentemente está terminando e terminando sem o nosso conhecimento. Eu acho que nós temos que chamar o Ministro para uma explicação cabal ao Senado da República.

Em segundo lugar, nós temos toda uma parte relativa à chamada auditoragem da dívida que, na minha opinião, muito mais profícuo do que fazer uma auditoragem global, é selecionar algum setor de investimento, em siderúrgicas ou em hidrelétricas, e acompanhar o que aconteceu aí, porque não se trata tanto da questão externa, mas da interna, que uso foi feito desse dinheiro.

Também quero pedir aqui que nós assumamos uma posição crítica com relação ao chamado Comitê Assessor dos Bancos. O conselho Monetário Nacional acaba de aprovar um orçamento para o pagamento do Comitê Assessor. Esse Comitê Assessor é formado por funcionários dos Bancos, almoçamos com alguns deles em Nova Iorque, são negociadores da dívida brasileira e custam ao País a bagatela de 5 milhões de dólares. Não tem muito sentido isso. Então são questões, já que nós estamos numa fase em que o Congresso cada vez mais é fiscalizador, que devemos levantar com toda clareza e perguntar: "O que é isso? Por que isso? Tem cabimento? Até que ponto nós vamos continuar?" Se bem que, como diz o americano: **it's peanut**. É pouco, mas 5 milhões são 5 milhões. O que se poderia fazer com esses 5 milhões? Além do mais, não é correto. Deixo também essa sugestão. E daqui por diante, dependendo da decisão de V. Ex^{as}, precisamos constituir grupos de trabalho que possam encarregar-se dessas questões mais específicas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Nós agradecemos o trabalho feito, que evidentemente merecerá uma profunda análise. Antes de dar a palavra aos Srs. Senadores, que estão desejosos de se manifestar, eu gostaria de lembrar que o trabalho apresenta uma série de elementos informativos, quadros, tabelas, elementos estatísticos, além de comentários; um documento de mais de 160 páginas. Desde o momento em que entregou a primeira versão, o Senador Fernando Henrique Cardoso ponderou da conveniência de que houvesse um prazo entre a distribuição e o debate da matéria, com o que concordamos. Eu gostaria de reiterar a solicitação pessoal de um colega que está adoentado, fez uma intervenção cirúr-

gica, o Vice-Presidente desta Comissão, que nos pediu uma chance marcando a data mais para o fim de semana, a fim de que ele pudesse compartilhar do debate. Antes de qualquer outra manifestação de caráter pessoal, dou a palavra, preliminarmente, ao Senador Ronan Tito, deixando registrado que não estamos querendo excluir ninguém; qualquer um dos ilustres Senadores terá oportunidade de se manifestar sobre o conteúdo, mas ponderando que talvez fosse mais interessante que o debate se fizesse numa próxima reunião, que nós poderíamos marcar para a próxima sexta-feira, se a todos for conveniente, quando então poderíamos, tendo lido todo o documento, nos aprofundarmos nos debates, examinarmos as sugestões e trazer outras sugestões, quem sabe, também para o andamento dos trabalhos. Com a palavra o Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO — Como foi falado pelo nobre Relator Senador Fernando Henrique Cardoso naquela Subcomissão que deveria ir ao Banco Central, e estivemos lá por mais de uma vez para estudar um pouco o perfil da dívida, eu devo apenas esclarecer que não entramos no detalhe da auditoria de contrato por contrato, de medo de nos perdemos no cipal das informações dirigidas, que possam interessar muitas vezes a eles nos informar aquilo, e nós perdermos de vista essa informação mais globalizante que o nobre Relator nos fez aqui, agora. Muito mais importante do que verificar uma distorção ou outra que possa acontecer dentro de cada, contrato de empréstimo, são mais de 700, descobrimos que são mais de 100 financiadores e mais de 700 contratos, e que a quantidade de papel que nós precisaríamos...

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Setecentos financiadores e 100 mil documentos.

O SR. RONAN TITO — Cem mil documentos e 734 financiadores. Até brincaram conosco, dizendo que nós tínhamos que requisitar no mínimo o plenário da Câmara para colocar todos os papéis, caso quiséssemos fazer uma auditoragem em cada contrato. Como também é de se supor que, se alguma malandragem houve — e é possível que tenha havido — ninguém ia registrar e guardar para que os pósteros verificassem. Por isto mesmo, eu acho que o mais inteligente seria verificar o norte que a dívida tomou, a filosofia da dívida e o grosso, porque aí é que parece-me, só a diferença dos juros contratados inicialmente e os juros adotados posteriormente dá uma quantidade estimada em 25 bilhões. Se nós formos entrar nos juros dos juros e a alteração do **prime-rate** etc. não sei se nós não vamos subir ainda a essa parte.

Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para registrar isto e agradecer a colaboração dos dois excepcionais assessores, pois o nosso Juarez de Sousa, realmente, é um grande economista e conhece bem a matéria e se dispôs a trabalhar mesmo com sobrecarga. Ele estava assessorando o Deputado José Serra na questão da Ordem Econômica. E, também, o Professor João Eustáquio, que não é funcionário e por puro patriotismo, sem reivindicar o que os nossos assessores, lá dos Estados Unidos, já estão ganhando para fazer isso, tem-se dedicado a esse trabalho. E registrar, também, o descontentamento, porque, Sr. Presidente e Sr. Relator, quando começamos esta Co-

missão, nós tivemos o cuidado de ir ao Presidente da República e nos colocamos a seu serviço. E tivemos o cuidado de dizer que nós não estaríamos conflitando, mas estaríamos tentando assessorar, tentando auxiliar e nos foi prometido toda a lisura nos encaminhamentos e que nada seria feito sem ser consultada esta Comissão, esta Comissão que se deslocou, com seus representantes pagando do próprio bolso as passagens de ida e volta, mostrando um esforço e uma abnegação muito grandes, quer dizer, a direção das negociações mudou sem que nada fosse comunicado. Eu até tentei, pessoalmente, falar com o Ministro da Fazenda, dizendo que eu precisava de algumas se que não poderia atender audiência em separado, mas que o Chefe de Gabinete estaria às ordens para me dar qualquer informação. De maneira que é para lavrar esse protesto.

A cada dia, Sr. Presidente, Sr. Relator, o Congresso Nacional, embora digam que o sistema autoritário acabou, cada dia é menos prestigiado, mesmo quando o Congresso se oferece para diuturnamente assessorar, trabalhar ao lado, somar esforços, mesmo nesse momento ele é desprestigiado. Acho que isso nos serve de lição, inclusive para nos orientar na votação que temos agora do sistema de governo, nesta semana e na outra porque ficarmos esperando do Poder Central que ele restitua ao Congresso Nacional as suas prerrogativas, eu tenho a impressão que é alguma coisa de sonhador, para usar um vocábulo muito usado pelo Senador Roberto Campos, é onírico. Vamos ficar pensando aqui que serão restituídos ao Congresso Nacional os seus poderes. Então, temos que tomá-los e este é o momento. Que isto sirva de reforço para as nossas argumentações, para que não deixemos passar este momento, para que o Congresso tenha mais força, não para ser mais forte, apenas para que a democracia possa avançar mais.

Era o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — O nobre Senador Aluizio Bezerra com a palavra.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA — Sem entrar no mérito do relatório, desejo tecer ligeiros comentários sobre os trabalhos da Comissão, em face da responsabilidade que assumimos perante a opinião pública nacional de fazer um levantamento e levar ao conhecimento do povo brasileiro a real situação da dívida externa. Não apenas como um trabalho de pesquisa, mas um levantamento de suas condições para, com base nele, tirar conclusões no que diz respeito à política externa, especialmente no caso da dívida, porque todos nós sabemos que nenhum plano sério na área econômica é feito, neste País, sem relacioná-lo com a questão da dívida externa. Basta que se tenha a idéia de que pelo percentual da dívida, cujos juros são baseados na **libor**, ou seja, a flutuação dos juros, de uma hora para outra, a Nação pode estar endividada, simplesmente por uma flutuação dessa taxa de juros em milhões de dólares.

Eu queria apenas tocar em alguns pontos, no que diz respeito à mudança da política do Governo, tendo em vista a preocupação da Comissão, que já teve uma audiência com o Presidente da República e a presença, aqui, dos Ministros Funchal, Bresser e agora Mailson. Nós sabemos que as duas opções da condução da negociação da

dívida baseavam-se em duas grandes linhas: a linha do confronto e a linha da retomada. A linha do confronto não era totalmente a linha do confronto; era a linha da discussão de alternativas para o País, em que o pagamento da dívida se baseava nas condições que assegurassem um desenvolvimento sem comprometer o desenvolvimento nacional, ou seja, que se pagaria um percentual sobre o PIB. Era essa a missão dos Ministros Bresser e Funaro, para conduzir as negociações da dívida e que o pagamento da dívida fosse em bases percentuais que assegurasse o desenvolvimento nacional e não dentro de formas tradicionais, em que o pagamento da dívida se faz de qualquer maneira, colocando em risco toda a situação interna do País. Ou seja, o Governo não exerce soberanamente o pagamento da dívida, resguardando os superiores interesses do desenvolvimento nacional, mas paga a dívida de qualquer maneira, segundo as exigências dos banqueiros internacionais, que exercem o seu terrorismo financeiro, como aconteceu — nós registramos em várias oportunidades — diante das propostas de Bresser e Funaro, para a dívida externa, na modalidade já mencionada.

Então, Sr. Presidente, essa preocupação que tomou a todos os parlamentares, especialmente os membros desta Comissão, e que era a preocupação dos Ministros Funaro e Bresser Pereira, tomou rumos totalmente diferentes agora, no exercício do Sr. Mailson da Nóbrega, que retomou a segunda linha da proposta da dívida externa. Ao invés de buscar uma discussão, procurou a linha da retomada da submissão aos critérios tradicionais do Fundo Monetário Internacional e dos credores internacionais, na forma que acabou de mencionar o nobre Relator, Senador Fernando Henrique, num trabalho feito em conjunto com outros membros desta Comissão que foram aos Estados Unidos, sem nenhuma grande vantagem para o País. O que houve foi uma rendição.

A conclusão que nós temos que tirar, Sr. Presidente, eu queria deixar claro, sem entrar ainda no mérito, é que o problema da dívida não é só de aspecto técnico nem só de aspecto econômico, mas, sobretudo, traz no seu bojo elementos políticos de grande envergadura.

Eu queria apenas ressaltar que tenho me dedicado também ao estudo da questão da dívida, inclusive levando ao conhecimento do Senado, em pronunciamento que fiz, e tendo-o publicado na separata denominada "Rebelião da Dívida" apoiado em pesquisadores vários, inclusive Kucinski, que aponta, parece até extraordinário, que o dinheiro que entrou no País ultrapassa de pouco 1/4 do montante total da dívida; o restante é resultado de juros e de compromissos de recursos que não entraram realmente no País.

É um trabalho muito sério e nele me apoiei, depois de examiná-lo. É atual e se aproxima do que acaba de dizer o nosso relator no exame preliminar que faz no relatório que acaba de apresentar.

Eu entendo que somente um governo apoiado no povo brasileiro — e tem que vir de eleição direta — terá força popular para negociar com os credores internacionais. Por isto a questão da dívida externa está ligada à questão política. Esta é uma opinião pessoal, pois no momento que analisamos essa questão, não poderia deixar de mencionar e a conclusão está aí; na medida em

que nós vemos o governo perder apoio popular, por razões várias, já que não é um governo que vem da eleição popular, apoiado na vontade do povo, não encontramos respaldo para negociar a dívida baseados na soberania nacional, na soberania do povo brasileiro.

Sr. Presidente, estas considerações preliminares não entram no mérito da questão, o que me reservo para fazer oportunamente, na próxima reunião, apenas alguns comentários que dizem respeito às duas linhas mestras que são a linha do confronto e da retomada. Infelizmente, entramos na linha da retomada que não consulta aos interesses nacionais. A outra conclusão é que nós precisamos, para a negociação da dívida, mais do que um ministro, de um governo popular, amplamente apoiado pelo povo, que dê respaldo ao ministro para negociar de acordo com os interesses do povo brasileiro.

Estas são as três conclusões que tiramos com relação às nossas considerações preliminares acerca do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Com a palavra o Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD — Sr. Presidente, nobre Relator, srs. membros da Comissão, inicialmente, quero elogiar o trabalho feito pelo nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, que numa vista d'olhos me parece muito bem documentado e isto servirá de subsídio para que possamos, após a leitura do mesmo, debater em profundidade o problema da dívida externa brasileira.

Mas V. Ex.^a se recordam que quando da presença do Ministro Mailson no gabinete do Senador Chiarelli, numa sessão secreta, naquele momento, eu fiz uma proposição no sentido de que não mais se realizassem sessões secretas nesta Comissão. Porque S. Ex.^a foi lá e disse uma coisa e hoje, na prática, executa o inverso, a antítese do que declarou, naquele momento. Concordo com a proposta do relator no sentido de que de imediato, após uma discussão da Comissão sobre o relatório, seja convocado o Ministro Mailson e o Presidente do Banco Central, que está agindo completamente ao contrário do que havia proposto aqui quando o Ministro era o Sr. Bresser Pereira. Quero deixar bem claro que me causou estranheza uma declaração publicada em jornais, do Ministro Mailson da Nóbrega, de que a negociação está caminhando muito rápido, porque os negociadores do FMI são os mesmos que negociaram com ele em 1983, quando ele foi o negociador dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional.

S. Ex.^a declarou na nossa Comissão, naquele dia, que as conseqüências da negociação com o Fundo Monetário em 1983 foram nefastas para o País, mas que agora, a impressão que ele tinha, era que o FMI era outro.

De modo que há necessidade da vinda imediata do Ministro aqui, porque a população brasileira precisa saber, com detalhes, que tipo de negociação está sendo feita pelo Governo. Nós somos representantes do povo e como representantes do povo devemos à população brasileira uma orientação correta do que está sendo feito em termos de negociação da dívida. Realisticamente, apresentei um requerimento à Comissão no sentido de que fosse feita uma auditoria com os contratos realizados desde 1970 até 1986. Na prática,

sei, hoje, que é impossível se conseguir esses dados. Como disse o nobre Senador Ronan Tito, essa amostragem que está sendo proposta, para mim, não tem validade. É muito fácil se pinçar o que se deseja e não se trazer à baila o que não interessa.

Assim mesmo, acho que devemos nos aprofundar mais nesse problema da auditoria, por um motivo que me parece essencial: verificarmos, ano a ano, quais os juros pagos pelo Brasil. Está feito o levantamento por V. Ex.^a dos juros pagos, mas quero ver a possibilidade de fazermos aí, fica uma sugestão, a comparação dos juros pagos pelos outros países, à mesma época. Esse pode ser o nó da questão. Por que nós pagamos juros mais altos — temos informações — do que o México, a Argentina e vários países? Há necessidade de um confronto no pagamento dos juros da dívida externa, porque no levantamento feito por um dos meus assessores, de 70 a 86, o Brasil, em números redondos, captou no exterior 200 bilhões de dólares, dos quais 184 bilhões retomaram como pagamento da dívida. Esse é um dado altamente comprometedor para o nosso País e, como disse o Relator, muito bem, 25 bilhões, só no fluxo, desapareceram. É bom deixar bem claro, também, que não houve moratória nenhuma. O que houve, na prática, foi uma falência. A partir do momento que havia necessidade de um saldo na balança econômica de cerca de um bilhão mensal, e nós chegamos a 125 milhões só de saldo, não podíamos pagar. A partir do momento que o **superavit**, que diminuiu a retaliação, voltou a 1 bilhão, então, propõe-se o Brasil a pagar novamente, no mesmo esquema que vinha fazendo anteriormente. É preciso que fique bem claro isso e que seja chamado de imediato o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central, para que possamos, então, nos aprofundar e dissecar esse problema da negociação da dívida externa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Face às manifestações ocorridas e à apresentação do parecer, e tendo em vista que todos quantos se manifestaram entendem necessário, útil, nos darmos um prazo de análise da documentação hoje distribuída, gostaríamos de submeter ao Plenário a data de sexta-feira para a próxima reunião. O horário, evidentemente, ficaria em função da questão da Constituinte, jogando com o horário da mesma, se a Constituinte for à tarde, faremos a reunião pela manhã e, evidentemente, faríamos a nossa à tarde, se a Constituinte de amanhã.

O SR. JAMIL HADDAD — Permite, Sr. Presidente? Há alguma previsão da volta do nosso companheiro...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eu pediria ao Plenário...

O SR. JAMIL HADDAD — Tenho a impressão que, por informação, como foi um ato cirúrgico...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Eu pediria ao Plenário, Senador Jamil Haddad, que deixasse à Presidência e à Relatoria a possibilidade de fazer o ajuste dessa sessão, que faríamos em função do interesse da presença de todos os Srs. Senadores e marcaríamos com a antecedência necessária, não coincidindo com a Constituinte, que é o problema fundamental e até nos infor-

mando se teremos ou não votação no sábado e no domingo, que é um aspecto importante para definirmos o calendário.

O SR. JAMIL HADDAD — Não poderia haver uma inversão? Discutirmos esse relatório após a audiência do Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Esta era a questão que eu queria colocar.

O SR. JAMIL HADDAD — Parece-me que teríamos mais subsídios se debatêssemos o relatório do nobre Senador Fernando Henrique Cardoso após a vinda do Ministro aqui. Acho que poderíamos antecipar a vinda do Ministro e posteriormente debateríamos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — O mais importante é que a ordem dos fatores pode alterar o produto. Quer dizer, se é sexta de manhã ou sexta de tarde a discussão do relatório é uma questão fácil de ajustar, uma questão mais administrativa. Agora, se nós primeiro vamos convocar o Ministro da Fazenda e depois é que vamos traçar posições da Comissão com base no relatório, na minha opinião, não na condição de Presidente dos trabalhos, mas como integrante, entendo que já que temos o trabalho feito, já que vamos lê-lo, aprofundar a análise, colher outros subsídios, acredito que agora seria de bom alvitre convocar o Ministro da Fazenda, usando o relatório como elemento de aliciamiento e depois de ouvido o Ministro da Fazenda, nós tomarmos aquelas outras diretrizes com relação ao nosso posicionamento, como uma recomendação ao Plenário do Senado já antecipada. Acho que deveríamos fazer uma comunicação ao Plenário da Constituinte, que vai votar, inclusive, a matéria. Então, não pode ser com lentidão. Entendo que se deva ouvir o Ministro da Fazenda, não depois de nos posicionarmos, mas antes, até porque o relatório é fundamental, nos dá elementos para interrogatório e as respostas do Ministro vão nos dar outros elementos chaves e até porque temos presteza em chamar o Ministro da Fazenda, já que está caminhando, a passos largos, para assinar acordo. Não digo que ele vá deixar de assinar, por ter sido convocado, mas, pelo menos, será um gesto efetivo da Comissão.

Assim, gostaria de combinar nesse sentido, se houver a anuência do Relator. Primeira medida: convocação imediata, no prazo mais curto possível, do Ministro da Fazenda; aí, sim, ajustariamos o horário que interessa a todos, nem que seja à noite, ainda no decorrer desta semana, se possível. Então, pronto! Façamos essa reunião com o Ministro da Fazenda, que será aberta e aí faremos a convocação para a tomada de posições posterior à oitiva do Ministro da Fazenda e levando em consideração o excelente parecer que nos foi trazido pelo Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. RONAN TITO — Sr. Presidente, **data venia**, eu gostaria de mudar a sistemática. Primeiro, discutir o relatório, porque inclusive nós poderíamos, no debate, no contraditório aqui, esclarecer muitas coisas que poderiam ser julgadas impertinentes junto ao ministro. Depois sim, em seguida à discussão do relatório, falaríamos com o Ministro. A convocação do Ministro pode ser feita a partir de agora, mas acredito que com muito otimismo ele só virá aqui na semana que

vem. Sugiro que nós façamos a reunião na sexta-feira, discutindo e debatendo, à luz dos dados do relatório, quando nós nos preparemos melhor e mais cabalmente para o debate com o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Faço uma terceira proposta conciliatória: nós vamos tentar convocar o Ministro da Fazenda para que ele venha até o final da semana; ele também tem direitos regimentais de prazo, mas se pudermos trazê-lo até sexta-feira, melhor. A partir do momento que tivermos essa definição, marcamos uma reunião da Comissão, de trabalho interno, com um dia de antecipação. Está certo? Todos de acordo?

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas.)

COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da Dívida Externa Brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno.

10ª Reunião, realizada em 8 de junho de 1988

Às dez horas do dia oito de junho do ano de mil novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Leopoldo Peres, Ronan Tito, Fernando Henrique Cardoso — Relator, Afonso Camargo, Carlos Chiarelli — Presidente, Jamil Haddad e Roberbo Campos, reúne-se a Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 17, de 1987, destinada a examinar a questão da Dívida Externa Brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno.

Abertos os trabalhos, o Senhor Senador Carlos Chiarelli, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, é dada como aprovada. Comunica, ainda, o recebimento do ofício da Liderança do PDS do Senado Federal, indicando o Senador Roberto Campos, em substituição ao Senador Virgílio Távora, para integrar a Comissão.

Prosseguindo, o Senhor Presidente da Comissão, Senador Carlos Chiarelli, encaminha à Comissão proposta alterando o Regimento Interno do Senado Federal, criando a Comissão Permanente da Dívida Externa e propõe que a Comissão requiera ao Ministro da Fazenda o fornecimento de uma cópia da versão preliminar do acordo **Term Sheet**.

A seguir, a palavra é concedida ao relator da matéria, Senador Fernando Henrique Cardoso, que apresenta o relatório parcial, revisado e ampliado, em face da exposição do Senhor Ministro da Fazenda no plenário do Senado Federal. Propõe, ainda, a presença na Comissão, do Senhor Mailson da Nóbrega, Ministro da Fazenda.

Em discussão, usam da palavra, os Senadores Jamil Haddad e Ronan Tito, que fizeram algumas considerações a respeito do relatório apresentado, e favoráveis à vinda do Senhor Ministro da Fazenda à Comissão, assim como, a proposta e o requerimento apresentado pelo Senador Car-

los Chiarelli. Usou, da palavra, ainda, o Senador Roberto Campos, manifestando-se favorável à vinda do Senhor Ministro da Fazenda, como também, do requerimento apresentado, e contrário a proposta do Senador Carlos Chiarelli, com relação à transformação da comissão em comissão permanente.

Continuando, o Senhor Presidente, Senador Carlos Chiarelli, assim como o Senador Ronan Tito, rendem homenagens ao companheiro Senador Virgílio Távora.

Finalizando, a Presidência determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo à presente ata.

Nação mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL "DESTINADA A EXAMINAR A QUESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA E AVALIAR AS RAZÕES QUE LEVARAM O GOVERNO A SUSPENDER O PAGAMENTO DOS ENCARGOS FINANCEIROS DELA DECORRENTES, NOS PLANOS EXTERNO E INTERNO"; REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 1988, A FIM DE OUMR O RELATÓRIO PARCIAL APRESENTADO PELO SENADOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Carlos Chiarelli

Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Chiarelli) — Srs. Senadores, havendo número regimental, instalamos os trabalhos da Comissão, nesta sessão, convocada para que seja apreciado e discutido o relatório parcial, apresentado pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, Relator da Comissão, relatório esse que, em sua versão revisada e ampliada, já foi distribuído aos integrantes da Comissão com a antecedência necessária, no decurso da semana passada, para que pudessem conhecê-lo e, hoje, estarem em condições de discutí-lo.

Passo a palavra ao Senador Fernando Henrique Cardoso para os comentários que julgar necessários sobre o relatório e o tema pertinente à Comissão.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, eu, nesse relatório, tomei o partido de documentar muito mais do que comentar. Penso que acompanhemos a negociação da dívida pelo Senado. Num dada fase o fizemos muito de perto, até a gestão do Ministro Mailson da Nóbrega. Infelizmente, depois da gestão de S. Exa., tivemos apenas um breve encontro com o ministro, no gabinete do Senador Carlos Chiarelli e, mais tarde, uma exposição do Ministro, no plenário do Senado Federal. Mas a Comissão deixou de ser informada pelo governo.

Aproveito para deixar registrado que essa Comissão se originou num gesto do Senado, que era ao mesmo tempo um gesto no sentido de mostrar que o Senado queria participar da discussão da questão da dívida externa, mas era também